ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
Assembleia Legislativa

Boa Vista-RR, 08 DE JULHO DE 2009 Editado conforme Resolução nº 041/08 Edição 662 Páginas: 08

MESA DIRETORA
DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO (CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 019/2009)

DEP. MECIAS DE JESUS – PRESIDENTE
DEP. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
DEP. ZÉ REINALDO
DEP. MARILIA PINTO
DEP. REMÍDIO MONAI
DEP. ROSINALDO ADOLFO
DEP. MARCELO CABRAL
DEP. ERCI DE MORAES
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA
DEP. FLAMARION PORTELA
DEP. FLÁVIO CHAVES
DEP. IONILSON SAMPAIO
DEP. RODOLFO BRAGA
DEP. SOCORRO SIMÕES
DEP. TIÃO PORTELLA

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTO DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O Nº 634/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO FLAMARION PORTELA,** para a Cidade de Brasília-DF, no período de 13.07 a 18.07.09, aonde o mesmo acompanhar os trabalhos da CPI da tarifa elétrica e discutir com a diretoria da ANEEL as referidas tarifas das concessionárias de energia elétrica do nosso estado, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 635/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **RONALDO MOREIRA MATOS TRAJANO,** para o município de Cantá, no período de 10.07 a 13.07.09, aonde o mesmo participará de reunião na Associação de pescadores daquela localidade, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 636/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES,** para a Cidade de Goiânia-GO, no período de 10.07 a 20.07.09, aonde o mesmo irá representar a Assembleia Legislativa no Encontro das Grandes Lojas Maçônicas do Brasil, onde um dos temas é: A Venezuela no Mercosul, com ônus para este Poder, somente no tocante a 8 (oito) diárias.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 637/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **RODOLFO DE OLIVEIRA BRAGA,** para a Cidade de São Paulo-SP, no período de 09.07 a 16.07.09, aonde o mesmo irá fazer visita a Assembleia Legislativa daquele Estado, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 638/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA,** para a Cidade de Porto Velho-RO, no período de 13.07 a 22.07.09, aonde o mesmo estará acompanhando o desenvolvimento de projetos voltados para feiras agropecuárias naquele Estado, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 639/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS,** para as Cidades de Brasília-DF e São Paulo-SP, no período de 13.07 a 17.07.09, aonde o mesmo estará tratando de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente em exercício
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 640/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JALSER RENIER PADILHA,** para a Cidade de São Paulo-SP, no período de 13.07 a 15.07.09, aonde o mesmo estará tratando de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 641/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos Servidores **ABRAÃO RODRIGUES BORGES DO CARMO, A P 9, MARILSON GOMES DE OLIVEIRA, A P 9, MARIO JUCIVALDO CUNHA DE ALMEIDA, A P 8,** para os municípios de São Luiz do Anauá e Rorainopolis, no período de 13.07 a 17.07.09, aonde os mesmos estarão realizando o curso de Corel Draw e Secretariado com informática naquelas localidades, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 08 de julho de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1843ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MECIAS DE JESUS

Às nove horas do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a milésima octingentésima quadragésima terceira Sessão Ordinária do trigésimo sétimo Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Convido os Senhores Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Segundo Secretários ***ad hoc*.**

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à verificação de quorum.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra) -** Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira)** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto) –** Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 038/2009, de 09/06/2009, do Gabinete do Deputado **Remídio Monai,** justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 09 do corrente.

-Memo nº 012/2009, de 08/06/2009, do Gabinete do Deputado **Sargento Damosiel**, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 02 do corrente.

EXTERNO:

-Ofício nº 007EE/SEAP/RR, da Presidência da República, informando sobre a Terceira Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca do Estado de Roraima.

-Correspondência, do Secretário de Estado Adjunto da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais, **José Hamilton Gondim Silva,** informando sobre uma série de ações dentro do Plano de Desenvolvimento Sustentável para as Comunidades Indígenas do Nordeste de Roraima e encaminhando um vídeo de apresentação da Cooperativa Indígena de Produção – Arentá.

-Notificação Recomendatória nº 09/2009, do Ministério Público da União, referente a Leis Orçamentárias e Políticas Públicas de Combate ao Trabalho Infantil e Profissionalização do Adolescente.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito à Senhora Primeira Secretária que faça a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) procede à chamada.

O Senhor Deputado **Tião Portela** – Senhor Presidente, Senhores Deputados que compõem a Mesa Diretora, Senhoras e Senhores Deputados, assessoria da Assembleia, amigos que nos ouvem, o assunto que me trouxe a esta Tribuna é bastante polemico, mas é um assunto que convivi com ele quando pela bondade do povo de Caracaraí, fui Prefeito daquele Município. Quero iniciar contando a vocês uma história horrível para chegar onde quero. Houve uma época em Caracaraí que os meninos não tinham nenhuma ocupação, e a gente sabe, Senhoras e Senhores Deputados, que tudo que é novo sobra energia. Eu que vivo no interior, quando me levanto sedo, vejo no pátio da casa cavalinho novo correndo, bezerro correndo e os moleques filhos do pessoal que trabalha lá em casa, meus netos, correndo e gastando energia. Assim é nossa juventude, e quiséramos nós se tivéssemos essa energia, porque, aos poucos, além de não correr nem o pé a gente alarga muito, já anda arrastando. Voltando atrás, em Caracaraí, certa feita, o sol já estava raiando na beira do Rio Branco, no pátio do antigo Portobrás, estava meia dúzia de jovens esquartejando um amigo deles também. Eles tinham passado à noite tomando cachaça, fumando alguma coisa que tira o juízo das pessoas e lá pelas tantas eles quiseram dar uma de açougueiro. Escolheram um, sangraram, arrancaram o coração e começaram uma brincadeira. Jogavam o coração como se fosse uma bola para um lado e para outro se lambuzaram no sangue e não se contiveram. Quando o sol estava raiando, alguém escutou aquela algazarra no meio do mato, na beira do rio, e foi até lá. Que espanto dessa pessoa, quando viu o cadáver já sem perna, sem braço, e um ainda querendo quebrar o braço do cidadão com a faca, em baixo, cortando como se fosse um animal. Desses infelizes dois ou três já se suicidaram. Se foi por causa disso, não sei! Se foi porque já estava doente não sei! Mas o fato aconteceu. Eram todos de menores, ninguém foi para a cadeia, alguns sumiram de Caracaraí. Então, eu, como Prefeito, tive que tomar uma providencia: chamei os jovens para uma conversa. Não tinha cadeira para todo mundo. Eles sentaram no chão e os provoquei para dizerem o que estava acontecendo, qual o problema para tanta violência. Desculpem-me as senhoras, vou usar de toda sinceridade, vou usar as palavras que eles me disseram. Faz muitos anos, mas lembro. Eles disseram: Prefeito, o que o senhor faria quando chegasse a casa para dormir entre oito e nove horas, e lá pelas dez horas sua mamãe chegasse com um homem que você nunca viu e nem conhecia, e dissesse pra o senhor, "vão para fora, e dissesse para sua outra irmãzinha menor ir junto, e o senhor tivesse que sair, ficar no sereno, sentar no terreiro de sua casa, às vezes, chovendo, esperando sua mãe fazer não sei o que lá dentro, para depois que ela saísse você voltar e dormir de novo. E quando você estava pensando que ia dormir, lá vinha ela outra vez com outro homem diferente e novamente nos colocava para fora da casa. E assim, Prefeito, é a vida de todos nós aqui, o que o Senhor quer de nós? Serviço nós não temos, alternativa de esporte quase não tem, não temos dinheiro. Nossos pais vão pescar, ficam três, quatro meses, quando voltam é com meia dúzia de peixinhos que não dá para nada. Nossas mães não têm o que fazer a não ser essa situação vergonhosa", palavras deles. Essas palavras eu contei em muitos lugares,

em grandes e pequenas reuniões em Brasília e em outros estados que tive a oportunidade de ir. Isso me chamou muita atenção. Reuni as pessoas que poderiam colaborar comigo e pensamos o que fazer. Iniciamos improvisados num lugar que tinha sido construído para ser uma feira que nunca funcionou. Iniciamos um local para reunir a juventude. Começamos com esporte, criar pintinho, criar peixe, fazer horta e pagávamos metade de um salário por mês para cada um. E tudo aquilo que eles produziam a gente autorizava a levarem para casa. Dávamos o almoço, o café, a janta. Improvisamos beliche, rede para que eles pudessem dormir lá também. Fizemos uma cozinha, compramos rancho. Nas primeiras semanas, o rancho não dava para três dias. Eles tanto comiam como levavam para rua para vender e trocar por isso, por aquilo. Algumas pessoas que nos ajudavam disseram: seu **Tião,** não adianta, esse menino não tem conserto. Alguns comerciantes e moradores estavam até me criticando e diziam: "Seu **Tião** em vez de nos ajudar está ajudando os meninos bonzinhos da cidade". Mas, eu me lembrei que uma vez eu reclamei para um vaqueiro: Você está colocando sal para o gado ou num buraco? Ele me respondeu: "Não, seu **Tião,** todo gado tem que comer tantos gramas de sal por dia, mas se ficar muito tempo sem comer sal, ele come tudo num dia só. Mas, se o senhor colocar todo dia no cocho, até sobrar, o senhor vai ver que ele irá comer trinta gramas por dia, nada mais do que a necessidade dele". Desta forma, eu disse para deixarem os meninos comerem à vontade que um dia eles iriam comer somente o necessário e foi o que aconteceu. Eu fiz aquilo não somente para os jovens e sim para suas mães também. Criei um salário, metade um salário mínimo para aquelas mães não rodarem mais a bolsinha na praça e sim ter o dinheiro garantido para suprir suas necessidades básicas que o marido, às vezes, esquece. Até hoje, quando eu bato na porta das pessoas para pedir voto, eles lembram dessa época dizendo: "O Senhor era o Prefeito dos cinqüenta reais". Eu não acho ruim não. A minha consciência está tranquila, eram cinquenta reais, porque o salário, na época era noventa reais.

Então, houve um tempo em que Caracaraí viveu uma certa paz. Eu acho que aquilo serviu como exemplo até hoje. E, esse exemplo veio para Boa Vista. Lá havia uma moça que trabalhou comigo, chama-se **Mira.** Ela, juntamente com seu marido **Jorge,** vieram para Boa Vista trabalhar com a Prefeita **Teresa Jucá.** Não vou dizer que eles copiaram o que eu fiz lá. Mas, eles fizeram 100% do que eu fazia lá aqui. E, hoje, aqui em Boa Vista estamos atravessando uma situação muito crítica. Mas, eu não vou me ater às facadas, aos tiros que estão acontecendo até mesmo no Centro Cívico. Vou me ater a esse problema que eu não quero aqui criticar quem estar criando essa situação, de maneira nenhuma. Eu não sou uma pessoa de dizer que o errado é certo. Mas, eu liguei a televisão e vi no Canal 28 o apresentador falar do que a lei executava se a pessoa errasse naquele sentido que são os flanelinhas. A Lei dizia uma série de coisas, inclusive, tantos anos de cadeia. Não tem mais lugar para colocar gente na cadeia! Colocar na cadeia quem mata, quem estupra, quem rouba está certo. Mas, meu amigo, colocar na cadeia quem não tem alternativa senão ficar cuidando dos nossos carros. Agradeço a Deus tenho tem um carro para andar, porque eles vêm do Pintolândia, pulando de ônibus em ônibus, de bicicleta, para onde tem um evento grande para ganhar um trocadinho! É certo eles obrigarem o dono do carro a dar um trocado? Não, é errado. Mas, e quando vamos para ao aeroporto, onde somos obrigados a deixarmos o carro dentro do estacionamento e pagar uma taxa! É certo ou errado? Quem cobra a taxa do aeroporto, tem necessidade? Está passando fome? É desempregado? No entanto, cobram. Se formos num supermercado grande tem lá o estacionamento para cliente. Coloque o teu carro lá se você não for cliente, para ver se o guarda não pede para você retirar! Então, meus amigos, eu acho que nós temos que discutir isso. Os Promotores não estão errados, mas estou aqui chamando a atenção da sociedade, porque se proibirmos uma pessoa de ganhar um trocadinho, nós vamos obrigá-la a roubar, porque a sociedade não está dando chance para ela sobreviver.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **(Chicão da Silveira) –** Deputado **Tião,** eu gostaria, com muito respeito, de parabenizar Vossa Excelência por sua fala na manhã de hoje, ao mesmo tempo, elevar essa parabenização a Vossa Excelência por suas ações. Deputado, nós vivemos a semana do combate ao trabalho infantil. Seria louvável, se os governantes tivessem políticas públicas sérias para que tivéssemos condições de combater o trabalho infantil.

Eu sou oriundo de uma família de nove irmãos e começamos a trabalhar desde pequeno e nunca a nossa dignidade foi tirada com isso; pelo contrário, a vida nos ensinou muito. Hoje eu vejo dizer que é crime um pai colocar uma criança para trabalhar, que pode ser preso por violar a lei. Quando visitamos os presídios, vemos que a maioria dos presos que estão ali são jovens entre 18 e 25 anos, às vezes, por uma falta de oportunidade, por falta de criação familiar. Eu digo a Vossa Excelência: um preso desse, hoje custa aos cofres públicos, no mínimo, mil e oitocentos reais mensais. Se tivessem políticas públicas sérias, ao invés de estar custeando esses presos, que fossem destinados esses recursos aos pais de família para oferecer dignidade aos seus filhos. Dessa forma teríamos uma sociedade totalmente diferenciada, menos violenta, voltada sua atenção para a educação de seus filhos. O que estimula a prostituição infantil, muitas vezes, é a rigidez das leis que não permitem que você eduque um filho seu, porque, se você puxar a orelha ou bater num filho, se um vizinho te denuncia você vai preso. Isso é um absurdo, porque quem manda na minha casa sou eu deputado **Tião.** Eu tenho que corrigir os meus filhos do meu jeito; não é o promotor público ou o juiz que vai determinar a forma que eu vou fazer. Quero dizer a Vossa Excelência que nós temos que combater o trabalho escravo, mas criança tem que trabalhar, estudar e apanhar. Parabéns a Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Marília Pinto –** Deputado **Tião,** como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, preciso me manifestar com relação a isso. Acho que muitas coisas mudaram. Eu concordo parcialmente com o senhor quando se fala num país que pune todo mundo que não deve. Então, as ações de educação, as ações preventivas são muito abandonadas. Se pegarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele ampara a criança como a Constituição ampara cada um de nós e muito daquilo ali não se cumpre, aliás, a gente costuma dizer que o que está na lei não está na vida. Então, nós convivemos com esses conflitos. Eu não concordo que a criança tenha que trabalhar, até porque nós sabemos que a realidade que eu vivi e que o Deputado **Chicão** viveu não é a realidade de hoje. Então, são cenários diferentes e as exigências são diferentes. Agora, o Estado precisa discutir, observar e fazer um diagnóstico do risco social dessas crianças e tomar uma atitude. No dia em que se comemorou a Semana Nacional de Combate à Violência Contra a Criança, eu estava representando a Comissão de Direitos da Criança no Ministério Público e Tribunal de Justiça. Estava lá o Governador do Estado, o Prefeito de Boa Vista, Ministério Público e foi assinado um pacto de enfrentamento ao combate à violência e abuso sexual contra a criança. Agora, nós estamos discutindo a Semana de Combate e Erradicação do Trabalho Infantil. Então, eu pedi ao pessoal da assessoria do legislativo que encaminhasse para nós um requerimento agora, e gostaria de contar com assinatura dos Senhores Deputados, para que a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social venha a esta Casa para sabermos o que o Governo está fazendo. Então, tem que vir a esta Casa a Senhora **Marluce Pinto** e Senhora **Sheridan de Anchieta**, Secretária de Promoção Humana e Desenvolvimento, pois tudo isso que o senhor fala está intrinsecamente ligado a essas duas senhoras. Eu sei que o SETRABES tinha um serviço de geração de e renda que há muito tempo não funciona mais. Muito obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Leonídio Laia –** Eu gostaria de dizer ao Senhor que as leis deveriam ser mais bem interpretadas, pois muitas vezes pegam pessoa de bem como bode expiatório, como, por exemplo, o Senhor **Belém** que foi acusado de manter pessoas em serviço escravo, sendo que sua propriedade fica apenas a quatro quilômetros do asfalto. Lá havia tinha uma vaca inteira pendura da para alimentar seus trabalhadores, sacos de arroz, feijão, açúcar e tudo mais. Mesmo assim, ele foi preso por trabalho escravo. Essa atitude gerou um alto índice de desemprego no nosso Estado. Eu tinha na minha fazenda quarenta pessoas e dispensei todas no outro dia. Então, é preciso que a lei seja aplicada de forma correta, porque quem deve educar seu filho é você. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Tião Portella** continua. Gostaria de agradecer a paciência de todos. Muito obrigado.

O Senhor **Flamarion Portela –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu inicio as minhas palavras parabenizando o Deputado **Tião Portella** pela sua manifestação e dizer que infelizmente, Deputado, as coisas não mudaram tanto como se espera. Assistindo televisão ontem, Deputada **Marília,** tive a oportunidade de ver algo que me deixou muito triste num bairro da nossa cidade. Jovens agrediram outro jovem com terçadas e o SAMU foi socorrer essa vítima. Chegando lá, esses jovens agrediram o médico e os operadores do sistema do SAMU tiveram que chamar a polícia para poder socorrer o jovem. Os outros jovens não queriam que o jovem vitimado fosse socorrido. Então, é triste ver os nossos jovens se agredindo, se violentando, se destruindo e consequentemente destruindo as famílias, porque cada pai, cada mãe sofre muito quando vê cenas como essas. Portanto, Deputada **Marília,** essa é uma preocupação que deve estar permanentemente pautada nesta Casa. Vossa Excelência, de forma brilhante, tem conduzido à comissão e eu tenho certeza que esse tema será debatido aqui pelas autoridades competentes em breves dias.

Mas, Senhores Deputados, eu queria falar aqui sobre energia. O Deputado **Ivo Som** tem tratado essa questão também dias atrás aprovamos um Requerimento aqui, para convidar o diretor da Prefeitura que controla a iluminação pública, o diretor de distribuição da BOVESA e também da CER. Tivemos a oportunidade, que e o Deputado **Erci,** de estarmos com o diretor da Eletrobrás, que fez uma explanação de como tinha sido feito o procedimento daquela medição pela média, durante os três meses que teve sustado o contrato com os correios. Mas, a sociedade continua a reclamar e a gente continua se preocupando, porque o que mexe com a sociedade deve mexer com a Assembleia Legislativa. Eu me lembro que no ano passado, quando a ANNEL aprovou um reajuste máximo tanto para a Boa Vista Energia como para CER, nós fizemos aqui uma boa discussão. Não concordamos com os 24.9% concedido de reajuste pela CER e 17.01% para Boa Vista Energia, haja vista que vivemos num plano de estabilidade, a inflação oscilando em torno de 5% e, de repente, recebemos um impacto,

enquanto consumidores, de um reajuste de energia de 17%. Nós não podemos concordar com isso. Eu e a Deputada Federal **Ângela Portela** estivemos em audiência pública na Agência Nacional de Engenharia Elétrica discutindo exatamente esse reajuste, como isso foi alcançado, como isso foi discutido, porque é a obrigação das concessionárias, juntamente com a ANNEL, fazer audiências públicas com a sociedade organizada para chegar a um consenso de um reajuste. Isso tem que ser posto através de uma planilha, que esses números possam convencer a sociedade, só que aqui isso é feito de forma muito insipiente e essa reunião se transforma em reunião de diretoria e a partir daí nasce um pleito para que o sistema que controla essas tarifas, nacionalmente falando, possa conceder o reajuste de energia. Eu lembrei de dois fatores que são muito importantes para nossa concessionária, a Boa Vista Energia. O Estado de Roraima paga hoje duzentos megawatts de energia para a Venezuela e nós só consumimos oitenta. Nós pagamos cento e vinte megawatts que não consumimos. Isso é grave, porque a sociedade paga e não consome. Nós estamos pagando algo em torno de cento e vinte milhões de dólares, durante dez anos, a respeito dessa construção da linha de transmissão. Todos nós pagamos, mas nenhum de nós será acionista desse empreendimento, ele continua sendo um bem público. Tenho dito para a Deputada Federal **Ângela Portela** e para o Senador **Romero Jucá,** principalmente, que eles têm que fazer um trabalho muito forte perante o Governo Federal, para que, através de uma Medida Provisória, possa excluir a sociedade de pagar esses cento e vinte milhões de dólares, que são diluídos na nossa conta todo mês. Eu acho isso fundamental para que seja concretizado na maior brevidade possível. Portanto, essa questão de energia vai ser pauta permanente, porque a sociedade tem reclamado da energia. Essa questão da medição não vou entrar no mérito porque é uma questão técnica e está se superando, mas, o que vale para mim é o preço da nossa energia.

Semana passada estive em Brasília conversando com algumas pessoas do sistema Eletrobrás e o que eu vou dizer aqui não é nada oficial, mas é algo que trago para Tribuna, porque está me deixando bastante feliz, tanto a mim como a Deputada Federal **Ângela Portela**. Nós estivemos conversando com esses técnicos e há uma possibilidade para que esse ano a nossa energia sofra uma deflação. Tomará que isso aconteça? Isso está previsto para até trinta de outubro e que a nossa redução pode variar de 1 a 10%. Qualquer redução que vier será bem-vinda ao bolso dos pais de famílias. Então, quero deixar essa satisfação de ver hoje o sistema nacional, já discutindo as tarifas a nível nacional porque há uma reclamação em todos os cantos do Brasil a respeito da nossa energia elétrica. E me lembro agora, nós que estivemos em Belém do Pará, quando o Governador **Requião** estava fazendo a sua palestra e disse que, das vinte e uma horas até as seis da manhã, aquelas pessoas que consomem energia voltadas para o setor produtivo do Estado do Paraná, eles só pagam 16% do valor da energia que ele pagaria normalmente, ou seja, naquele momento em que o consumo diminui, ele estimula as pessoas a usarem essa energia para irrigação, para a produção para que a energia sobrante possa ser utilizada para gerar emprego e renda para o estado do Paraná. Em exemplos como esse que acho que temos que nos espelhar, porque é um Governador querendo fazer, através desse estímulo, que o sistema produtivo tenha um custo menor para produzir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra –** Isso que o Governador **Requião** está aplicando no Estado do Paraná é uma lei federal e está sendo aplicada aqui em Roraima também. Mas, com relação à conta de luz, está sendo implantada na Câmara Federal uma CPI para apurar os abusos na conta de energia. Eu vi o Deputado **Édio** dando uma entrevista, dizendo que será membro titular da CPI. Então, eu acho que deveríamos trazê-lo a esta Casa para realizar uma Audiência Pública e discutir esse problema com a sociedade roraimense.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Muito boa idéia Deputado **Chico Guerra.** Eu queria só dizer o seguinte que o somatório de gritos no Brasil a fora fez nascer essa CPI da Tarifa Elétrica exatamente para discutir esse absurdo das tarifas cobradas a nível nacional.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Eu só queria lhe parabenizar, mais uma vez, pelo assunto. E, como bem disse o Deputado **Chico Guerra,** temos muitos documentos, inclusive, dessa cobrança que é irregular da taxa de iluminação pública. E nós aqui no Norte também temos esse benefício, à noite, na zona rural, como bem disse o Deputado **Chico Guerra**, exatamente para estimular os pequenos e grandes produtores a produzirem mais. Então, quero parabenizar Vossa Excelência anunciando essa provável diminuição. E estamos também com audiência marcada no Ministério de Energia entre os dias 24 e 29 desse mês, em busca de uma diminuição da tarifa de energia.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela -** Deputado **Ivo Som,** permita fazer uma observação. Lembro que vi a imagem de Vossa Excelência na mesa quando foi assinado aquele convênio entre o Governo do Estado e 14 Municípios. Lembro-me que na mesma ocasião vi o Presidente da CER, **Raul Prudente,** dizendo que está firmando um acordo com os prefeitos para começar a cobrar a taxa de iluminação pública também nos municípios do interior. Vossa Excelência que está diante dessa trincheira é bom se inteirar, porque, senão, vem na contramão. Vossa Excelência aqui no Plenário levanta uma questão. Vossa Excelência é da base do Governo e de repente começa a cobrar no interior, aí é absolutamente contrário ao que Vossa Excelência está pensando. Isso é uma legislação federal e agora vão começar a estender para os municípios interioranos. Realmente pesa, porque são mais de onze reais que pagamos pela taxa de iluminação pública no Município de Boa Vista. Então, é importante levantar esse tema.

Para finalizar, trouxe aqui à Tribuna que não são do **Flamarion Portela** e sim da prestação de contas do Governo de Roraima a respeito do orçamento de 2008, que foi aprovado um bilhão, quatrocentos e nove foi executado dois bilhões, trezentos e sessenta e três milhões de reais. E, mostrei que **nas** receitas suplementares só o excesso de arrecadação foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, totalizando 35.13% em relação ao orçamento inicial. Só esse item já supera os 20% que a Assembleia concede para o Governador remanejar, mas o Doutor **Haroldo,** que é um excelente técnico, a quem eu tenho o maior respeito, mas eu acho que ao justificar que as denúncias dos Deputados são improcedentes, faltou a ele dados mais concretos. Acho até que deveríamos chamar o Doutor **Haroldo** para explicar. Vejam bem o que ele explica aqui como remanejamento, além dos 25% que são autorizados. Despesas relativas à pessoal e encargos sociais, isso já está no orçamento quando é enviado para cá, o pessoal não aumenta o número. Para ingressar no serviço público tem que ser através de cargo comissionado, com lei aprovado por esta Assembleia ou concurso público, onde o candidato tem que ser aprovado em concurso público, publicado no Diário Oficial e empossado. Tem que ter um critério. Pessoal e encargo social são previsível. Então, essa justificativa para mim foi pouco convincente. Do mesmo molde é o pagamento previdenciário. Isso é previsto transferência condicionais os Municípios, isso que é previsto mesmo. Somente se incrementar o ICMS, ele pode abrir, porque incrementou o ICMS, mas ele tem que distribuir, e só de transferência de FPE quatrocentos e noventa e cinco milhões que o Estado não transfere nada para os Municípios, a menos que seja em forma de convênio, mas não de forma voluntária de forma condicional. O que ele transfere é parte do ICMS para os Municípios, e isso é também previsível, não justifica novecentos e sessenta e cinco milhões. Outro item, "pagamento de serviço da dívida". Se eu sei quanto eu devo, eu sei quanto eu vou pagar. Isso também já vem no orçamento, não é de tentar remanejar. Outro item; "pagamento de bolsa de estudo". Essa é uma lei, aprovada na Assembleia. Diz-se que tem X vagas, o Estado já sabe quanto vai pagar por bolsa, porque já sabe o número de bolsas que vai fornecer, com valor previamente estipulado. O Governador não pode estar dando bolsa a mais do estipulado. Isso tem um critério a ser seguido, isso também já é consignado no orçamento. Ele coloca "operações oficiais de créditos e transposição, remanejamento ou transferência de recursos." O meu questionamento foi simples e claro: o Estado de Roraima tinha em 2008 orçados um bilhão quatrocentos e nove milhões e executou dois bilhões trezentos e sessenta e três milhões de reais. O que eu quis mostrar é que o Governo de Roraima extrapolou o limite estabelecido em lei concedido benevolentemente por esta Casa. Se há algo em contrário, o Doutor **Haroldo** tem que vir explicar isso e não, de forma superficial e pouco convincente, dizer que as denúncias são improcedentes. Ele não me convenceu e, com todo respeito que eu tenho a ele, eu reafirmo que carece de mais esclarecimento. Analisando a LDO, realmente deixamos 20% de abertura para que o Governo possa remanejar ou suplementar no Orçamento, mas nós aprovamos na LDO várias situações que são isentas do cálculo, e pelas informações que me foram repassadas pelo doutor **Haroldo,** segundo ele, na análise da LDO, o valor remanejado e suplementado chegou a 19%. Então, pelos cálculos e valores, seria bom que convidássemos o Senhor **Haroldo** para vir explicar. Ele é realmente muito cuidadoso com a questão do orçamento, tem uma vasta experiência.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – O Doutor **Haroldo** se refere ao artigo

Aparte concedido à Senhora **Aurelina Medeiro –** Eu não estava presente no dia em que se deu início esta discussão, mas no dia seguinte eu procurei a SEPLAN e SEFAZ para obter informações, e os dados me foram repassados. Eu aprovo a sua forma de trazer o Doutor **Haroldo.** Pelas informações e analisando a LDO, nós deixamos 20% de abertura para o Governo remanejar ou suplementar o orçamento, mas nós aprovamos também na LDO várias situações que são isentas de cálculos e, pelas informações a mim repassadas, o valor remanejado chega a 19%. É bom que realmente ele venha aqui. Então, sugiro que ele seja convidado para esclarecer. Como o Senhor colocou, ele é uma pessoa cuidadosa com o orçamento e tem um vasto conhecimento na área, mas, se ainda há dúvida, é bom que ele venha aqui. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Só para ilustrar, o Doutor **Haroldo** se refere ao artigo 4º parágrafo único: não serão computados para o efeito do limite previsto no artigo primeiro, que concede os 20% das despesas relativas ao que acabei de nomear: pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios previdenciários, transferência condicionais a municípios, pagamento do serviço da dívida, pagamento de bolsa de estudo. O problema é o seguinte, o que se observa é que vem algo uma LDO ou LO, e depois eles mandam cópia fiel de pagamento de bolsa de estudo. Será que isso não foi criado e agora ainda está constando aqui. Agora, bolsa de estudo já é uma lei! Quando foi aprovado, no primeiro momento, poderia

até se admitir o remanejamento, porque estava se criando um Projeto, agora não! Ele já é claro, vejam bem que eu excluí convênios, porque eu vi que já havia convênios no artigo 1º, mas o restante não se justifica está se remanejando. Eu pergunto: se este ano não atingirmos um bilhão, quinhentos e quarenta e seis milhões, não vai haver transferência para os Municípios? Como não houve superávit, não vai ter bolsa de estudo? Vai ter que ter, porque é constitucional, e o outro é uma lei. Mesmo que se reduza este ano, as bolsas vão continuar existindo, e os alunos vão continuar usufruindo. É isso que eu quero deixar bem claro, que isso são dotações previstas no orçamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra**- Diante da denúncia, eu procurei o Secretário e repassei para ele a situação, e ele deu à mesma explicação de Vossa Excelência, e eu o convidei para vir aqui, o mais rápido possível, e ele me disse que na quarta ou quinta-feira estaria aqui para esclarecer. Portanto, eu acato o seu requerimento, e já vou pedir para marcar para terça-feira.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. - Eu volto a dizer: o Doutor **Haroldo** é um técnico competente a quem tenho o maior respeito e espero que ele traga com muita clareza, minuciosamente, esses números. Esses dados não foram criados por min, foram extraídos da prestação de contas do Governo de Roraima. Portanto, cabe ao Secretário fazer uma explicação convincente para todos. É muito difícil entendermos que de um bilhão quatrocentos e nove milhões para dois bilhões quinhentos e sessenta e três milhões, um incremento de novecentos e sessenta e cinco milhões a mais. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** - Senhor Presidente, Mesa Diretora, amigos aqui presentes, Senhoras e Senhores. Como anunciei na última Sessão, na quinta-feira passada, na questão do desenrolar Truaru e Nova PA, tenho em minhas mãos documentos da reunião que aconteceu e nós anunciamos na quarta-feira a preocupação com os assentados e indígenas, e aqui está o termo de compromisso, mas quero deixar bem claro que no termo de compromisso que as pessoas que foram citadas nesse depoimento e seus nomes colocados na reunião, eu não pude participar por motivos pessoais. Passei o final de semana fazendo exames e internado no hospital Lote Íris. Vou lê o documento.

"Aos onze de julho de 2009, às 16 horas, na sede da Sessão Judiciário do Estado de Roraima, presente o Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Desembargador Federal, **Jirair Meguerian;** Secretário Geral da Presidência da República da Primeira Zona do TER, **Paulo Valério Dutra Dias**; Procurador Geral da República, **Cleiton Ricardo J. Santos**; Coordenador Fundiário da Funai do Distrito Federal, **Djamal A. Guimarães;** Procurador da FUNAI em Roraima, **Ricardo Ramos;** Superintendente do INCRA, **Titonho Beserra;** Procuradora do INCRA, Doutora **Silvia Tereza Novaes de Menezes,** Chefe de Assuntos Fundiários, enfim, muitas autoridades presentes, inclusive representante da questão do PA Nova Amazônia. Estiveram, também, a advogada nomeada pela associação, Doutora **Denise Cavalcanti Caliu.**" Nessa reunião, o que foi tratado é que fosse feito um acordo relacionado com a legalidade ou ilegalidade das partes das terras do PA Nova Amazônia.

1.Truaru/Boa Vista/Roraima tinham designado essa audiência não somente para assinar os documentos de responsabilidade, como também para assinar de fato e direito essas questões.

2. Os reassentados, Edvan, Dona Kátia, Senhor Jerônimo, Francisco e outras pessoas interessadas nesta questão e das pessoas que vieram da Raposa/Serra do Sol para se reassentar na localidade do Truaru, eles disseram o seguinte, que a partir desse momento eles não poderiam mais fazer movimentos, interditar ou dificultar o trânsito pela mesma vicinal desta Rodovia Federal, até a portaria, e deixar livre todos os acessos às comunidades indígenas.

O que mais chamou atenção para com os reassentados e quero deixar bem claro que a maior parte das pessoas reassentadas, que participaram daquela reunião não assinou e se recusaram a assinar esse documento. São eles: Edvan, Senhora Francisca das Chagas, Thiago Felile, Senhor Evalci Centenário, Jerônimo de Cabral Filho e a Procuradora. O motivo pelo qual se recusaram a assinar é porque um dos trechos desse acordo diz: "Que de imediato tem que sair às pessoas daquela localidade da estrada, para não fazer interdição e nem promover desordem". Mas, os reassentados alegaram ao advogado que lá nenhum dos reassentados naquele momento ou naquela data estava fazendo bloqueios e muito menos interditando estrada nenhuma, e mostraram, através de fotos e filmagem, que os próprios indígenas tinham feito barricamento na frente da comunidade, e foi justamente citado pelo coordenador do CIR que afirmou que os índios não iriam parar de interditar as estradas, porque estavam se sentindo ameaçados pelos reassentados. Os próprios indígenas assinaram: Dionilton, FUNAI, CIR. Agora, os reassentados embargaram o Desembargador Jirair Mequerian, e explicaram que não eram eles que estavam interditando a estrada e sim os indígenas. Estamos aguardando uma posição na reunião que vai acontecer dia 17, citada pela Procuradora em uma decisão com a doutora **Sílvia,** para resolver o impasse da PA Nova Amazônica no Truaru. Agora, fica claro que a própria FUNAI, no seu depoimento com o seu procurador **José Brás de Oliveira**, ele diz que a FUNAI reconhece que ali há uma comunidade indígena, e há poucos dias disse que não tinha conhecimento. A FUNASA não reconhece, o IBAMA, também, não tem conhecimento, o próprio INCRA não tinha conhecimento, porque, conforme os mapas que mostrei semana passada dessa localidade de quase sete mil hectares, eles diziam que não sabiam onde ficava essa comunidade Lago da Praia, e hoje eles afirmam que conhecem. Se não tomarmos uma providencia de melhor explicação para com o INCRA, através do Ministro do MDA que aqui esteve, através do seu Presidente Nacional, pois Doutor Rouf prometeu, junto com o Senador Romero Jucá, Governador Anchieta Junior, representantes do ITERAIMA e INCRA que não iria se formar mais uma comunidade indígenas. A própria defesa da doutora Denise, da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais em regime familiar do Truaru, ela mesma diz: "Em face dos indígenas oriundos da Maloca Serra da Moça," essa Maloca existe nos mapas do INCRA, no mapa da FUNAI, é reconhecida internacionalmente, é reconhecida até pela ONU, que recebe investimento das ONGS. Agora, em nenhum momento, os reassentados e as pessoas que residem há mais de cinco anos tem conhecimento de uma nova área indígena. As que estão lá são oriundas das terras Raposa/Serra do Sol, mas, até o momento, não é conhecida nem pelas autoridades federais essa comunidade Lago da Praia. É mais um problema que requer urgência em resolver, uma situação que até a pouco não se conhecia, mas hoje, em um depoimento federal, foi feito uma audiência pública pelo Primeiro Juiz da Primeira Região, o Desembargador J**irair Mequerian,** onde a FUNAI e CIR falam que é uma comunidade indígena, onde já de reconhecem como 1º Tuxaua **Jairo Pereira da Silva.**

Amanhã temos uma nova reunião com o INCRA, com os assentados, a Procuradora e os indígenas. Aproveito o momento para pedir à Deputada **Aurelina Medeiros** que, através da Comissão de Assuntos Indígenas e Terra, convoque uma Audiência Pública, para tratar desse assunto. Temos vários documentos e várias pessoas já foram ameaçadas de morte e não podemos deixar isso passar em branco. Volto a dizer que não sou contra indígena, até porque sou casado com uma. Diz à defesa que jamais os indígenas podem fazer parte de assentamento, a não ser dentro das suas terras. Tudo isso está documentado, para mais tarde não falarem que não tinham conhecimento. Nessa região moram quase 500 famílias, desde a antiga desapropriação da Fazenda Bamerindus, que se tornaram terras da União, e por que o **Titonho** ou o INCRA não transferiu essas terras para o ITERAIMA, para se resolver, de fato, essa questão. Agora, o que não vamos admitir é que o INCRA ou a FUNAI expulsem os moradores de lá.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela**- Na realidade, essa fazenda pertencia ao dono do antigo banco Bamerindus, que, ao falir, ficou devendo e veio como espólio para a União, que deu uma utilidade para ela. Ela tinha um dono.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. – Até porque Vossa Excelência tem conhecimento, porque já foi Governador do nosso Estado. Peço à Deputada **Aurelina** que, na semana que vem, possamos realizar uma audiência pública com o INCRA, FUNAI, FUNASA, SENADORES, Deputados Federais e Assentados, para chegarmos ao fim desse problema. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** Passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei 021/2009, que altera dispositivos da Lei 59, de 28 de dezembro 1993, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual e dá outras providências, de autoria Governamental. Projeto de Lei nº 022/2009, que altera a Lei 318, de 31 de dezembro de 2001, que "dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de estímulo a realização de Projetos Culturais no Estado de Roraima e dá outras providências. Projeto de Lei 026/2009, que revoga a Lei 610, de 28 de agosto 2007, que autoriza o Poder Executivo a extinguir e liquidar a CODESAIMA, de autoria do Poder Executivo. Projeto de Lei número 029/ 2009, que altera os valores dos cargos de auxiliar operacional de serviços, agente operacional, técnico administrativo, técnico ambiental, analista de ciências e tecnologia, analista administrativo, pesquisador, integrantes do plano de carreira regido pela Lei 537, de 24 de maio de 2006, e dá outras providências, de autoria Governamental. Projeto de Lei 033, que abre ao orçamento fiscal do Estado, em favor do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima, crédito especial no valor um milhão de reais, de autoria Governamental. Suspendo a Sessão para que as Comissões em Conjunto possam emitir Parecer.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** Dou por reaberta a Presente Sessão.

Solicito aos Senhores Deputados que retornem ao Plenário.

Dou por reaberta a presente Sessão.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** - Em Explicações Pessoais quero voltar a uma questão de que solicitei aqui, a respeito da convocação dos secretários para virem a essa Casa. Hoje está sendo convocada novamente a Secretária **Marluce Pinto.** Já havia sido convocada e está sendo convocada de novo e também a Primeira Dama **Shéridan Anchieta**. Queria pedir, Senhor Presidente, que colocássemos um critério nessa convocação, porque já tem uma convocação de pelo menos meia dúzia de

secretários, e nós não conseguimos colocar na pauta a convocação desse secretário. Hoje foram convocados dois secretários. O Deputado **Chico Guerra** colocou aí que está sendo convocado para terça-feira o Secretário **Haroldo Amoras**. Então, gostaria que fosse colocado um critério para a convocação desse secretário, porque há vários secretários convocados e está sendo atropelada a pauta de convocação.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Deputado **Remídio** tem razão, não é que esteja ordenada a convocação dos secretários, é que a Casa precisa, também, achar pauta e tempo para poder ouvi-los. Por exemplo, nesses dois últimos meses, temos feito Sessões Itinerantes em todos os municípios do interior do Estado. Hoje mesmo, à tarde, a maioria dos Deputados se desloca para o sul do Estado, onde faremos Sessões Itinerantes: na quarta, em Caroebe; quinta, em São João da Baliza; sexta, São Luiz do Anauá e sábado, no município de Rorainópolis. Ou seja, nós estamos sem tempo para ouvir os Secretários. Não acredito que na próxima terça-feira o Secretário de Planejamento esteja aqui.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Senhor Presidente, quero aproveitar este expediente de Explicações Pessoais para deixar registrado, nos Anais desta Casa, o meu inconformismo com o descaso dos colegas Parlamentares com relação à frequência no Plenário. Hoje, iniciamos a votação, alguns pareceres foram lidos, foram pedidos vista, enfim, de repente houve um esvaziamento. Pode haver, regimentalmente, a obstrução, mas ela tem que ser feita dentro do Regimento. Da forma em que se faz, para mim caracteriza falta e sou favorável que se verifiquem os Deputados que se encontram no momento e que isso fosse levado em conta e aplicasse o Regimento em cima dos faltosos.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Será levado em conta, Deputado **Erci**, principalmente depois da palavra de Vossa Excelência, como Corregedor Geral dessa Casa. Não tenha dúvida de que será levado em conta e descontado no final do mês, nos vencimentos dos Deputados. É inadmissível que em plena Sessão Plenária, façamos convocação dos Deputados, e não tenha quorum para que as matérias sejam votadas. O trabalho do Deputado no horário da Sessão não pode ser em outro lugar.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Era justamente dessa questão que eu iria falar, mas o próprio corregedor já levantou. Na hora da chamada do presidente da Comissão, Deputado **Tião Portella**, estava presente, me encontrava nas cadeiras discutindo com os funcionários a respeito do Projeto 029 da FEMACT. Por isso estou justificando.

Mas, para salientar, justamente nessa questão que foi levantada pelo Deputado **Remídio**, sobre as convocações dos Secretários de Estado. Temos um requerimento há bastante tempo agendado nesta Casa, a respeito da energia elétrica, que foi de autoria do Deputado **Flamarion Portela** e demais Deputados, aprovado aqui nesta Casa. Trata-se dos aumentos absurdos das taxas de iluminação pública e de outros derivados da energia. É provável a imediata solicitação, para com as pessoas da ANEL, Boa Vista Energia, CER, mais ainda preocupante quando o eminente Deputado **Flamarion** chamou a minha atenção a respeito de que há novos estudos para as cobranças das tarifas de iluminação públicas no Estado e nos Municípios. Se estamos lutando para diminuir, e agora virá mais um aumento na taxa de iluminação pública para os municípios, onde as pessoas são mais penalizadas!

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Na realidade, também gostaria de me solidarizar com os colegas, o nosso Corregedor, no que se refere à questão das faltas na hora da Sessão. Acho que nós temos que ter o mínimo. É um procedimento regimental se ausentar da Sessão para que não dê quorum, mas desde que isso seja feito com critérios. Acredito até que as ausências tenham a ver com essa questão para que os projetos não fossem aprovados.

Também gostaria de parabenizar nosso companheiro **Flávio Chaves** e desejar a ele tudo de bom. Que Deus o ilumine, que ele continue sendo esse companheiro assíduo, turrão, aqui na Assembleia Legislativa, durante esses anos todos e que convidemos todos nós para o almoço que vai oferecer ao meio dia.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Também gostaria de parabenizar o Deputado **Flávio Chaves** pelo seu aniversário e dizer que Vossa Excelência é um Deputado atuante, competente e que, desde o início do Poder Legislativo do nosso Estado, Vossa Excelência está aqui. Os seus cabelos brancos não são só pela experiência, mas também pelos anos que pesam nas suas costas e que lhe trazem mais experiência e que nós devemos agradecer a Deus pela sua amizade e pedir pelo Senhor e pela sua família.

O Senhor Deputado **Tião Portella** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria também de dizer ao Deputado **Flávio** que eu tenho por ele uma grande admiração e ele sabe que aqui dentro da Assembleia ele é o mestre. Todas as dificuldades que eu tenho, sempre lhe consulto, porque é uma pessoa inteligente, estudioso do nosso Regimento e sempre me orienta muito no nosso trabalho.

Quero desejar que ele tenha longos anos de vida, muita saúde, muita paz, juntamente com seus familiares. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Antes de passar a palavras aos Senhores Deputados, devido à realização das sessões itinerantes no interior do Estado, a partir de amanhã não haverá Sessões Ordinárias na quarta e quinta-feira. As sessões serão realizadas no interior do Estado. Gostaria muito de poder contar com a presença de todos os Senhores Deputados para abrilhantar essas Sessões.

Os Deputados que não tiverem, será notada a falta.

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** – Senhor Presidente, queremos agradecer todos os colegas que nos parabenizaram e dizer que todos estão convidados no dia 17, a partir das 17 horas, no Caroebe, para um jantar pago pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o qual convidam todos a participarem junto conosco.

Mas, Senhor Presidente, queria fazer uma observação ao Deputado **Erci de Moraes,** ao Presidente da Assembleia e aos colegas Deputados. Às vezes sou taxado, como bem disse o meu querido amigo, irmão, **Célio Wanderley,** de turrão, mas se nós não cumprirmos as nossas determinações, o que diz o nosso Regimento Interno, isso aqui não vai funcionar nunca mais. Temos que ter a responsabilidade que o povo nos outorgou. Como bem disse Vossa Excelência, no começo estavam todos e na hora de votar em Comissão Geral, que é o maior erro nosso, pois temos que votar nas comissões todos os projetos. Desses cinco projetos que se encontram em minhas mãos para serem votados hoje, só um está em caráter de urgência, que é o Projeto de Lei 026. Ele chegou nesta Casa dia 04, e tem prazo, os outros não têm prazo, têm que correr de comissão por comissão. Por que, Senhor Presidente, que os projetos do Governo vêm e a gente tem que fazer em uma semana, em um dia, enquanto os nossos dormem nas gavetas das nossas Comissões? Temos que ter os prazos regimentais para todos os projetos. Há projeto aqui que veio dia 09 e hoje são 15, com 06 dias, e a gente tem que aprovar hoje. Sou relator de um projeto e na quinta-feira passada ele foi para a pauta. Foi pedida a retirada da pauta. Inconstitucionalmente, o Deputado pediu, não disse nada ao projeto ao meu parecer favorável. Não posso dar um parecer favorável, com todo respeito aos nossos técnicos, como bem disse Vossa Excelência, de acordo com a nossa Constituição Federal, por quê? Porque é do governo e a gente tem que aprovar inconstitucionalmente? E os nosso têm que ser aprovados inconstitucionalmente? Acho que não, temos que ter responsabilidade, as comissões têm que se reunirem com responsabilidade.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhores, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado **Flávio Chaves,** vou lhe dar meus parabéns de forma efusiva, mas calorosa. Eu acho que as nossas comissões têm que funcionar. Vossa Excelência tem absoluta razão! Eu me lembro, Presidente **Mecias,** quando fomos discutir a formação das comissões, muitos Deputados queria participar da comissão, queriam estar nas comissões mais importantes e depois se esquecem que têm que trabalhar, se esquecem que têm que dar respostas nas suas comissões.

Então, quero aqui endossar as palavras do Deputado **Flávio,** corroborar com a posição do Deputado **Erci de Moraes.** É fundamental para o Poder Legislativo ter as suas comissões funcionando. Se as comissões não funcionarem a contento, esse Poder vai funcionar de forma capenga, atabalhoada, apressada e, às vezes, com resultado não muito satisfatório.

Mas, queria, também, expressar a alegria de ver o Deputado **Laia** retornando a nossa Casa, saudável, que Deus lhe dê muita saúde, Deputado.

Queria ainda, Deputado **Mecias de Jesus,** dizer que a gente realmente faça um esforço para que essas comissões funcionem. Acho que projetos relevantes, importantes, têm que chegar aqui no Plenário já discutidos nas comissões. Tem sido praxe a gente se reunir em comissão conjunta, fazer essa votação de forma apressada. Hoje, como se observa, a maioria dos projetos é do próprio governo. A líder do Governo pediu vistas de um. Puxa! A líder do governo pede vista a um projeto, é porque ele não está bem, porque ele veio errado e a líder pede para corrigir. Isso era para ter sido visto nas comissões.

Outro, a Deputado **Marília** também pede para analisar melhor um que veio do governo, da CODESAIMA. Está certa a Deputada, tem que analisar. Nós temos que interiorizar, ter consciência plena daquilo que a gente está votando. Já pedi à Deputada **Aurelina,** líder do Governo, para esclarecer um projeto que temos aqui, alterando o nosso código tributário. É uma matéria melindrosa, delicada. Geralmente a gente convoca nas comissões o Secretário **Leocádio,** ele vem aqui pronto para esclarecer. Não tenho nada contra. Hoje tinha um projeto importante e não teve quorum para ser votado. Puxa! É lamentável, não sei nem o que dizer.

Tive a oportunidade de trazer a esta Tribuna, quando o **Flávio Decate** me falou que a ELETROBRÁS havia decidido politicamente federalizar a CER. Trouxe isso aqui e me lembro que teve político de Roraima que ficou melindrado, dizendo que "puxa, quem tinha que ter divulgado era eu e não o **Flamarion"!** O **Flamarion** só foi porta voz do Presidente, da Roud dessas concessionárias aqui do Norte, que hoje são presididas por essa diretoria da Eletrobrás. E conversando com algumas pessoas do sistema em Brasília, o Governo Federal está decido a federalizar a CER, e para espanto meu, e acho que é importante a gente convocar o Presidente **Raul Prudente**, pois uma das suas missões era federalizar a CER, o governo esfriou, porque agora vem milhões para interiorizar Guri, milhões para eletrificação rural e a CER não está mais interessada em ser federalizada? Pergunto eu. Deixo essa pergunta aqui de forma pública, se a CER não está mais interessada em ser federalizada. Quer dizer o Estado manda hoje só para a CER não morrer, eu sei disso, algo em torno der seis

milhões de reais/mês. Então, o Estado tem muito dinheiro. A União quer federalizar, está disposta, só construiu os ajustes e os caminhos para isso e, de repente, o Governo esmorece com a federalização da CER. Fica então essa indagação no ar e acho que se isso demorar nós vamos convocar aqui o Presidente **Raul Prudente** para esclarecer isso.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Deputado, as informações de Vossa Excelência são necessárias e vamos providenciar a vinda do Senhor **Raul Prudente**, Presidente da CER, o mais rápido possível, a esta Casa para fazer esses esclarecimentos, do porquê desse desinteresse imediato de não federalizar mais a CER.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, apenas para parabenizar o Deputado **Flávio Chaves**, também me unir ao pensamento do Deputado **Célio**, até porque o Deputado **Flávio** é um Constituinte, é um Deputado que tem, sem dúvida nenhuma, o respeito integral da Assembleia Legislativa pela sua história, pelo seu passado, mas, sobretudo, pela forma como ele administra a sua vida pública.

Senhor Presidente, me reportando ainda ao que o Deputado **Flávio** colocou com relação à questão das comissões, é muito simples esse problema, é um problema que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, através do seu comando, pode fazer através de uma circular, onde o próprio Presidente da Comissão tem a autonomia para enviar para a primeira Secretaria o registro dos faltosos para que a comissão possa andar. Então, isso é muito simples de se resolver. O que não pode acontecer é nós estarmos numa comissão especial votando projeto, onde o Deputado é obrigado a dar um parecer sem ter o devido conhecimento, um parecer fabricado sem estudo, sem absolutamente nada, que é o que a Assembleia Legislativa costuma fazer. Eu acho que nós devemos modernizar o nosso instrumento, aprimorar os nossos conhecimentos em relação às pautas que estão através da nossa responsabilidade, e apresentar, de maneira categórica, à Assembleia e as comissão o pensamento, a divergência ou o acompanhamento das comissões. Por isso é que eu entendo, Senhor Presidente, que depende do Presidente da Comissão cumprir o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa e Vossa Excelência, como autoridade máxima desse Poder, pode, como Vossa Excelência tem feito, enviar uma circular para esses Presidentes, dando prazo, tempo regimental, para que eles apresentem a relação dos projetos e dos faltosos que deu origem a não presença dos Deputados na Comissão. Era o que eu tinha a dizer. Dessa forma, eu entendo que esse trabalho vai vigorar de maneira mais rápida e eficaz dentro desta Casa.

O Senhor Deputado **Laia** - Quero agradecer a presença dos meus colegas quando estive enfermo. Agradeço a Casa o apoio recebido, e também o tratamento dispensado no Hospital do Governo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Nós também desejamos vida longa ao Senhor.

A Senhora Deputada **Marília Pinta** - Parabenizo o Deputado **Flávio** pela passagem do seu aniversário.

Quero colocar algumas coisas com relação ao pronunciamento do Deputado **Jalser Renier.** Todos nós concordamos que, nos pareceres, quando ele é designado Relator, emite pareceres exemplares. Ele tem uma assessoria jurídica, uma equipe técnica, utiliza os recursos e instrumentos que a Assembleia Legislativa disponibiliza também. Então, os seus pareceres são embasados, que se tornam diferenciados dos que cumprem com aquela formalidade legal e nem se toca no assunto do objeto do Projeto. Agora, a Mesa Diretora já elaborou uma agenda com os dias das Comissões, passou circular pelos gabinetes, inclusive disponibilizando acessória jurídica que esteve presente em algumas situações e se não esteve foi porque, lamentavelmente, as pessoas, como disse o Deputado **Flamarion,** que brigam para serem os Presidentes e de repente se ausentam e não cumprem as agendas. Se isso fosse verdadeiro, essas agendas que foram feitas para serem cumpridas, e, sem dúvida, essa solicitação do Deputado **Jalser,** ele segue, no que diz respeito à análise dos Projetos, estariam sendo feitas. Então, eu acho que ninguém é melhor do que os demais, mas acho que há diferenças, mas que cumpramos o que está posto; o que falta é disciplina. Quanto ao pedido de vista, eu concordo com o que disse os Deputados **Flávio** e **Flamarion,** porque a questão da CODESAIMA foi instituída e já expirou o prazo, efetivamente não existe mais, mas não importa, ela foi instituída, teve um Presidente, e, na verdade, elementos foram identificados e isso não foi discutido com os Deputados, eu não tomei conhecimento disso, e acho que a falha não foi minha. Então, discordo com a Líder do Governo que disse que não tomaram conhecimento. Eu não fui chamada, se tivesse, teria participado, como sempre faço. Então, acho que é um assunto delicado, e discutir em Comissão Geral é o fim da picada, um assunto dessa natureza, que é a permanência da CODESAIMA, até porque eu não concordo com muitas justificativas que o Governo coloca. Então, eu acho que precisamos aprofundar isso. Havendo necessidade, eu serei uma das que vota favorável, mas eu preciso discutir. E também a questão da CER. É estranho quantos milhões estarão chegando para remover a idéia da federalização da CER. Os recursos para a interiorização de energia não vão retirar do Governo do Estado à responsabilidade de pagamento com pessoal, de direitos trabalhistas, ou seja, uma série de déficits que a empresa vem acumulando ao longo desses anos. Para finalizar, o Deputado **Jalser** solicitou a presença da Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social aqui, no dia 5 de maio, e nós já estamos em junho, e não tivemos esse retorno até o momento. O assunto em questão eram as bolsas das faculdades, e hoje nós reiteramos o Requerimento dessas questões, e também solicitamos a vinda da Primeira Dama **Sheridan,** que ocupa uma função importante, em uma Secretaria Extraordinária.

O Senhor Deputado **Chico Guerra –** com relação aos Secretários que são convidados para virem até aqui, eles vem se quiserem, e muitas vezes nem retornam dizendo que não têm tempo na sua agenda. Então, da próxima vez, eu sugiro que sejam convocados, porque são obrigados a vir. Há ofício com mais de um ano sem resposta.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Eu gostaria de retificar a minha fala, com relação à frase: "A assembleia fabricar pareceres." Eu quis dizer os Senhores Deputados. Da forma antiga dá a entender que a instituição Assembleia, mas me referi aos Deputados, e me incluo.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) -** Fico feliz que tenha feito esse registro, porque eu não tinha conhecimento disso. Não vi e sempre que observamos chamamos a atenção, como fiz hoje, e, em seguida, quando falei dos Projetos com pareceres inconstitucionais, e que, às vezes, a Comissão de Justiça aprovava, em seguida o Deputado **Flávio Chaves** traz um projeto de lei que ele fez questão de pegar a Constituição Federal e comparar o parecer e estava totalmente embasado com a Constituição Federal e do Estado, e tinha um parecer favorável que ele solicitou que substituísse, e mantivesse o parecer da Consultoria Jurídica. Nós não podemos dá um parecer favorável apenas porque o projeto é do Deputado ou do Governo. Nós temos que dar um parecer real, independente de qual autoria. Se for inconstitucional, que seja feito sempre pela constitucionalidade. Apesar de sermos um órgão político, não podemos brincar de fazer leis, temos que fazer leis que possam ser cumpridas, dentro da legalidade. Eu quero me referir a dois projetos que eu pedi pessoalmente para que incluíssem na Ordem do Dia: o Projeto de Lei que autoriza o aumento aos funcionários da FEMACT, porque, quando se trata de aumento, tudo que se ganha é pouco, e os servidores da FEMACT estão há muito tempo sem aumento, e, embora o Governo não tenha pedido urgência, para mim isso é mais do que urgente. Então, se pudermos votar um aumento de salário, se entrar às nove horas, às dez da manhã pudermos votar, é muito bom. Infelizmente nós não podemos aumentar os salários, quem dá o aumento é o Governo. Se ele achar que é merecedor o aumento da UERR, dos Professores, ou de qualquer classe social, nós vamos votar com urgência, sempre, mesmo que o Governo não peça.

O outro Projeto que eu acho que não merece tantas discussões é o Projeto que desautoriza a extinção da CODESAIMA. Ele tem só um artigo! A extinção da CODESAIMA criou muitos problemas para o nosso Estado, criaram problemas para os servidores públicos da CODESAIMA. É um órgão que, se bem administrado, e eu acredito na competência do doutor **Joaquim Ruiz,** para fazer uma boa administração. Se for utilizada para os fins que foram criados, sem dúvida nenhuma, vai ajudar no desenvolvimento do Estado de Roraima. No meu entendimento, não era um Projeto de grande coisa. Com relação à votação com pressa, os projetos do Governo e não dos Deputados, cabe ao Plenário decidir. Na hora que se colocar aqui um pedido para que se vote qualquer projeto dos Deputados, vamos fazer em Comissão Geral, como sempre fizemos.

Com relação às Comissões, independentes de se reunirem ou não, vamos mudar o Regimento Interno para que as ausências dos Deputados nas Comissões possam gerar faltas e descontos na folha de pagamento, e, como nas Comissões a ausência não gera falta, ele prefere se reunir no Plenário, e, quando se reúne no Plenário, ainda cometem a indelicadeza de deixar o Presidente falando sozinho. Portanto, autorizamos o desconto e não vamos voltar atrás. Lamento pelos companheiros, mas é esse o nosso posicionamento.

O Senhor Deputado **Tião Portela** - Eu sugiro que, como não vamos ter reunião quarta e quinta-feira, quem sabe, nós não podemos nos reunir à tarde e votar esses dois Projetos. Realmente, eles são de muita importância, tanto o da CODESAIMA como o da FEMACT. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Infelizmente, a Líder do Governo pediu vistas ao Projeto, e a Deputada **Marília** pediu do outro. Então, só vamos votar na próxima semana. Na terça-feira, a gente retoma e vota.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 17, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Flamarion Portela, Ivo Som, Jalser Renier, Laia, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Mecias de Jesus, Raul Lima, Remídio Monai, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões** e **Tião Portella.** Estavam presentes na Ordem do Dia os Senhores Deputados: **Célio Wanderley, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Flamarion Portela, Jalser Renier, Marília Pinto, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Ronaldo Trajano, Socorro Simões** e **Tião Portella.**

Aprovada Ata Sucinta em: 26/06/09

